

ENTREVISTA¹

J. Chasin: A produção teórica do marxismo no Brasil é decepcionante

J. Chasin, 50 anos, professor de filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais e vice-coordenador do curso de mestrado desta mesma entidade, faz e vive de filosofia. Mistura a docência com a pesquisa, mas nem em um plano nem em outro, nada se coloca como inocência. Existe sempre um propósito de caráter social: os temas são selecionados de acordo com sua urgência social, combinada a uma tentativa de efetuar sua tematização, no plano teórico, no âmbito mais apropriado possível.

Editor da revista *Ensaio*, possui trabalhos nela publicados e, também, em outras revistas: principalmente, as *Brasiliense* e *Temas*, isto no passado. Autor de livros como *O integralismo de Plínio Salgado* (que permitiu a visualização de uma nova concepção teórica para estudar o caso brasileiro), é organizador da coletânea *Marx, hoje*. No prelo, tem dois livros: *Contra corrente* (ensaios teóricos) e *A miséria brasileira* (estudos sobre a nossa realidade), a serem publicados pela Editora Ensaio.

Em Fortaleza, participou da banca examinadora de um concurso para docente da Universidade Federal do Ceará, ministrou dois seminários, ocasião em que falou ao DN Cultura.

Diário do Nordeste (DN): Como está a produção teórica do marxismo no Brasil?

J. Chasin (JC): Por minha predileção, gostaria que fosse mais intensa e de melhor qualidade. Para alguém que está, firmemente, convencido de que o pensar e o fazer de nossos tempos necessitam, fortemente, de um vínculo com o pensamento de Marx, o quadro brasileiro é decepcionante, altamente decepcionante. Exceção a poucos autores. Mas não vou decliná-los para não estabelecer uma polêmica, não desejada em termos pessoais. Faço uma consideração mais sintética, mais sumária, mais no nível de uma generalidade, de uma impessoalidade. Não é de se estranhar, mas é sempre lamentável constatar que a produção teórica do marxismo, em termos de Brasil, tem

¹ Entrevista de J. Chasin a Carlos Viana, editor da seção DN Cultura. Fortaleza, *Diário do Nordeste*, domingo, 7 jun. 1987. A entrevista foi ilustrada com uma foto de Chasin feita por Severino Silva.

duas características básicas: raro é o trabalho que não mencionará Marx e que não se dirá de algum modo tributário de Marx; outra característica é que este apoio em Marx será diluído, distorcido e, de fato, profundamente contrário, quando não oposto ao pensamento real do mestre alemão.

DN: E na história brasileira, quais os nomes diretamente vinculados ao marxismo?

JC: Muito poucos nomes. Seja por um vínculo de uma vida inteira, seja por vínculos mais restritos e delimitados. Citaria dois nomes, apenas: Caio Prado Jr., que continua sendo, no Brasil – independentemente de falhas e defeitos que, naturalmente, existem –, o autor brasileiro de obra mais extensa; também o nome de Florestan Fernandes, que sempre em suas obras teve relações com Marx e que, a partir de um certo momento de sua vida, tem em Marx e em Lênin um pensamento fortemente marcado por esta diretriz.

DN: Não há outros nomes?

JC: Qualquer menção a outros nomes subentenderia fazer, simultaneamente, ou reparos ou manifestar discordâncias que seriam extremamente complexos, o que, agora, não nos valeria a pena.

DN: Mas o que teria provocado estas distorções sofridas pela teoria marxista?

JC: No caso brasileiro – e o mesmo ocorre no quadro internacional –, é sabido que a figura de Marx, o nome de Marx, as teorias por ele produzidas foram sendo, progressivamente, contestadas de uma maneira tal que, hoje, o luxo não é falar de Marx, mas contra Marx.

DN: Que motivos, de ordem geral, no plano internacional, condicionam este comportamento?

JC: O primeiro deles é a sobrevivência da utilidade histórica do capital; isto é, contra as expectativas do começo deste século, o capital acabou por se configurar com uma durabilidade maior do que a suposta e com uma capacidade de reciclagem e de intensificação do seu vigor, enquanto propulsão do desenvolvimento das forças produtivas, que levaram a repor – o que foi uma discussão do começo do século – uma espécie de eternização do capital, que ele, como naquela época se coloca, tinha encontrado uma forma de se racionalizar, de passar a se comportar como uma energia social capaz de ser domada em sua negatividade e propiciar uma configuração onde as suas essências fossem preservadas, e os seus defeitos, substituídos por maneiras

civilizadas de atuação. De maneira que as injustiças sociais, as aberrações de suas formas de exploração não viessem à tona com as formas gritantes de seus primeiros tempos.

DN: E de que decorre essa durabilidade estendida do capital?

JC: Decorre, a meu ver, não apenas de suas virtudes intrínsecas, mas de um fenômeno muito grave, que se dá ao nível daquilo que pretendeu ser uma ruptura com o capital em nível internacional. Refiro-me, naturalmente, à configuração contemporânea do mundo pós-capitalismo, para dizer Leste europeu e países da mesma ordem, que acreditaram, no começo do século e no desdobramento de décadas posteriores, que estavam rompendo com o capital, transitando para o socialismo. Dadas as características históricas em que este processo se verificou, ocorreu, no entanto, que o rompimento com o capital de fato não se deu; houve um rompimento com o capitalismo, mas não com o capital. Em poucas palavras, isso ocorreu porque – para tomar o exemplo maior, que é o da Revolução Russa – o nível econômico, social e cultural de onde partiu esta Revolução era de tal ordem miserável que o processo se viu encarregado de construir, isto sim, o capital industrial e acabou por se verificar que a construção do capital industrial se deu; porém, a superação do capital, ele próprio, não se realizou. De tal maneira que surgiu uma nova forma de capital, que hoje faz o desafio teórico e político dos nossos tempos. Junto ao drama de, necessariamente, reconhecer que a experiência da Revolução Russa, tão extraordinária, tão motivadora de esperanças, quando da sua efetuação, acabou por se configurar numa melancólica falência, contra a qual não cabe nem adianta deblaterar, mas que é preciso entender na sua realidade para que o processo de tentativa de superação do capital, efetivamente, possa ser visualizado e tentado. Ou seja, em lugar de termos hoje, no mundo, um sistema do capital e um sistema socialista, nós temos dois subsistemas do capital, diversos entre si, mas confluentes no sentido de universalidade do capital. Não há capital privado no panorama do Leste europeu, mas há o capital vinculado a uma figura que denomino – por falta de melhor nome – de capital coletivo/não-social; isto é, o capital não é dominado e dirigido por todos, quando, então, ele desaparec[er]ia, mas ele é controlado por um segmento da sociedade, à revelia do conjunto da sociedade. Vale dizer, não se configurou no Leste europeu aquela colocação de Marx que é a dissolução, em última instância, ou a apropriação coletiva dessa energia social que é o capital e que é a matriz lógica das formações sociais. Tanto drama angustiante, e este fim de século tem neste ponto o grande desafio.

“Retidos pela incapacidade teórica, desmoralizados pela perda de perspectiva ideológica, e inertes devido a sua fragilidade numérica e organizativa, o PCB e o PC do B são figuras inofensivas no quadro brasileiro, servindo como instrumentos de catalisação em direção exatamente oposta àquela que eles julgam configurar.”

DN: Por quê?

JC: Porque é óbvio que não há mais ilusões em relação ao capitalismo; também se perdeu o entusiasmo e a perspectiva em relação ao socialismo, na medida em que ele passou a ser identificado com o esquema dramático da sociedade do Leste europeu, que desestimula os processos revolucionários.

DN: Como analisa a retomada das relações Brasil e Cuba?

JC: [D]a aproximação entre os dois países, em primeiro lugar, seria o caso de acentuar a positividade em termos de que é sem nexos, no mundo contemporâneo, simplesmente não se ter relações com este ou com aquele país. Vejo pura e simplesmente neste nível, nesta plataforma. Não vejo com isso nenhum avanço político, nenhuma esperança que se coloca por contágios. Corresponde à necessidade de conveniência internacional, a certos interesses de ordem comercial mais ou menos expressivos. É preciso ter relações com todo mundo para poder comerciar com todo mundo. Neste sentido, este reatamento é, sobretudo, pragmático. Mas é também pragmático no campo político, porque configura com isto uma certa liberalidade, que o Brasil não conheceu ao longo de 20 anos de ditadura militar. Não atribuo a este caso nada além disto.

DN: Como vê o papel da esquerda tradicional, no Brasil, depois da sua legalização?

JC: A esquerda no Brasil – e aqui, no caso, eu denomino o PCB e o PC do B como a esquerda tradicional –, a debilidade teórica, ideológica e prática destes organismos me parece hoje inteiramente configurada. São organismos políticos falidos. A sua capacidade se esgota em ser caudatários de proposituras de natureza liberal, o que é ainda mais extravagante num país que não tem liberalismo. São organismos que não contribuem do ponto de vista teórico, e isto é grave, quando se trata de marxismo. Não contribuem enquanto propositura ideológica, vale dizer, como uma configuração de itinerário que é proposto às massas, de modo que elas poss[a]m, pela via da organização e pela via da conscientização, atingir um ponto de mobilização real e eficiente no processo político. Do ponto de vista da expressão numérica de contingentes que mobilizam, esses organismos – e dos contingentes eleitorais que conseguem agregar em determinadas circunstâncias – também são, em termos do

plano político, absolutamente inexpressivos. Retidos pela incapacidade teórica, desmobilizados pela perda de perspectiva ideológica, inertes devido à sua fragilidade numérica e organizativa, o PCB e o PC do B são figuras inofensivas no quadro brasileiro, servindo de fato como instrumentos de catalisação em direção exatamente oposta àquel[a] que eles julgam configurar. Eles servem muito mais à desmobilização, servem muito mais a desarmar a consciência e atividade das massas populares do que àquilo que entendem ser realmente o seu propósito: a armação de uma consciência política, a sensibilização de ordem organizativa, que o conjunto pudesse tornar um instrumento eficiente.

“Não há mais ilusões em relação ao capitalismo; também se perdeu o entusiasmo e a perspectiva em relação ao socialismo, na medida em que ele passou a ser identificado com o esquema dramático do Leste europeu, que desestimula os processos revolucionários.”

DN: *E quanto à esquerda não marxista, por exemplo, o PT?*

JC: Eu não vejo, também, com nenhum otimismo especial. Por vias diversas, por intenções muito distintas, por certas práticas, inclusive bem diferenciadas, no entanto, o que nós temos, acima de tudo, a meu ver, é a convergência da esquerda tradicional e da nova esquerda como caudatárias, de linhas e comportamento meramente liberal, que não induzem a nenhuma reativação do movimento popular, e não equacionam aquilo que seria decisivo no quadro brasileiro: a adequada articulação entre a ação parlamentar e a ação extraparlamentar. Entendendo que, no caso brasileiro, não há como pensar que a ação exclusivamente parlamentar possa conduzir a qualquer solução de natureza estrutural, por menor e mais insignificante que ela seja. Nosso esquema parlamentar, nosso sistema de poder são uma tênue equação de modernização, uma careação de estruturas velhas, desfavoráveis às grandes maiorias. É do drama e da miséria brasileira esta convergência de nova e velha esquerda. A razão disto é um desconhecimento teórico brutal que acaba em produzir uma farta e imensa ignorância da realidade do próprio país e, conseqüentemente, não permite uma equação programática que possa de fato vir a construir um itinerário efetuator que vise a construir uma democracia no Brasil. As vias atuais de ação política só permitem a efetivação do que chamo democracia de proprietários. E o segredo dessa democracia de proprietários está desvendado: o perfil do governo Sarney, governo de transição, é essa democracia, nada além disso.

DN: *E qual a importância da atuação desses partidos de esquerda na Constituinte?*

JC: Nenhuma. Já está demonstrado.

DN: Gostaria de que fizesse uma análise do nascimento, vida e morte do Plano Cruzado...

JC: A sucessão Figueiredo-Sarney não está caracterizada apenas porque Tancredo morreu. Essa transição, transada pelo alto, tinha como compromisso básico: a conservação de uma política econômica que aí está. Por mais que se tente ser benevolente com os dois últimos anos, mesmo numa análise elementar, ter-se-á a certeza de que nada foi mexido no plano estrutural. O plano estrutural é uma espécie de cadáver de chumbo onde a oposição, a antiga oposição e a atual situação, enterrou seus pés, e de onde não os arranca. O Plano Cruzado foi uma tentativa para poder enfrentar dois problemas graves: o país se deparava em uma dupla necessidade, retomar o processo de acumulação, que já nos tempos de Figueiredo estava plenamente recessivo, e enfrentar a pressão social, decorrente do baixíssimo nível de vida da esmagadora maioria da população. A ideia era retomar o crescimento e enfrentar os baixos padrões de vida da imensa população brasileira. Já por aí, nota-se que a proposta não era uma proposta de enfrentamento radical da questão. Do ponto de vista do capital, trataram simplesmente de retomar o crescimento, no sentido de permitir um giro um tanto restrito para reequilibrar a situação – julgada, pelo próprio empresariado, deficiente, quanto ao momento recessivo que tinham vivido. Do ponto de vista da população, tratava-se, simplesmente, de suavizar este elemento grave de redução do padrão de vida, mas também de reconhecer que a existência brasileira combina a modernização econômica com o pa[up]erismo estrutural. 70% da população vivem entre a pobreza e a miséria absoluta. Isto não é casual, é decorrente da forma de ser do capitalismo no Brasil. Um governo que vem na sucessão de 20 anos de ditadura, se tivesse, realmente, força e disposição para enfrentar de modo real estas duas questões, teria que fazer remanejamentos fundamentais na estrutura. Isto é característico do capitalismo no Brasil: um capital pobre, atrófico, subordinado a um esquema internacional, subordinado internamente a formas que eu chamo de subcapitalismo. De modo que ele chega dentro de uma situação de impossibilidade de se firmar, enquanto capital, e reordenar o conjunto social. É, nesse sentido, uma compressa de água morna cujo objetivo pretendia ser: autorizar, permitir uma rodada de faturamento ao empresariado, que estava pressionado por um esquema recessivo, e tentar, ao mesmo tempo, gerar um quadro onde os assalariados, principalmente os de baixa renda, tivessem a sensação de uma nova fase, onde o seu poder de compra

estivesse garantido. Em segundo lugar, não há notícia em lugar nenhum de que congelamento de preços pudesse subsistir sob regime capitalista. Em pouco tempo, o capital encontra formas de constituir ágios, de fazer as chamadas maquiagens de produtos, ou, então, partir direto para o desabastecimento. Aí, vimos o conjunto produtivo brasileiro ser, em menos de 60 dias, exposto a um quadro dessa ordem. Em sua essência, o Plano Cruzado era um plano político, não pretendia mexer em nada de ordem estrutural, de sorte que a sua situação final era facilmente prevista desde o seu primeiro dia.

Como citar:

CHASIN, J. Entrevista: A produção teórica do marxismo no Brasil é decepcionante *Verinotio*, Rio das Ostras, v. 30, n. 1, pp. 385-391, Edição Especial: *A miséria brasileira*, 2025.